

PRÁTICAS DIDÁTICAS NAS DISCIPLINAS DE HISTÓRIA, GEOGRAFIA E MATEMÁTICA PARA ALUNOS DO 7º ANO DA ESCOLA DO CAMPO RUI BARBOSA – CAPANEMA PR

Elisandra Aparecida Callegari¹

Resumo

Este trabalho tem o intuito de discutir sobre duas práticas desenvolvidas com alunos do 7º ano da Escola do Campo Rui Barbosa do município de Capanema – PR e tem por objetivo problematizar atividades interdisciplinares. O objetivo das atividades desenvolvidas foi o de tornar “concreto” o ensino teórico da sala de aula com os alunos através de práticas de pesquisa, auxiliando desta forma o processo de ensino aprendizagem dos alunos. Partindo do ambiente em que eles vivem e estudam. Visa aprimorar cada vez mais o processo de ensino facilitando a aprendizagem dos conteúdos estudados, valorizando o local vivido e construído pela comunidade escolar.

Palavras-chave: escola do campo; práticas educativas; ensino.

Introdução:

Nos últimos anos vemos articulações entre empresas privadas transnacionais, como a Syngenta, a Basf e a Monsanto, com várias escolas, como ocorreu nos estados de São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul em 2011. Através destas parcerias percebemos como a educação do campo está inserida num modelo e espaço de disputa com setores da classe dominante e que estes setores se mostram cada vez mais a favor da formação para o mercado. Por isso, deixa de apresentar fatores fundamentais para a compreensão das desigualdades e contradições sociais contribuindo para a naturalização da concentração de terras, da grande utilização de agrotóxicos e aos poucos incentivos para a produção de alimentos.

Como aponta LIMA em reportagem para o *Brasil de Fato* no dia 12/04/2011, “o setor (agronegócio) aposta na educação para manter sua influência, ou alienação, sobre a futura geração de trabalhadores”. O autor fazia referência as cartilhas produzidas pela União da Indústria de Cana de Açúcar e distribuídas em diversos municípios do Paraná, Rio Grande do Sul e São Paulo através do “Projeto Agora”. Nestes materiais estavam presentes informações “positivas”, destacavam a importância da produção do etanol e como ela não compete com a produção de alimentos.

(...) a apostila usada em sala de aula foca o desenvolvimento do setor canavieiro no Brasil e o empreendedorismo dos grandes latifundiários sob a ótica do progresso, sem apresentar aos alunos qualquer exemplo que venha desvelar contradições trabalhistas ou ambientais. A apostila não pondera, por exemplo, as contradições do trabalho escravo e a super-exploração dos cortadores de cana-de-açúcar em tempos

¹ Instituição e endereço de e-mail (Times New Roman 10, espaçamento simples)

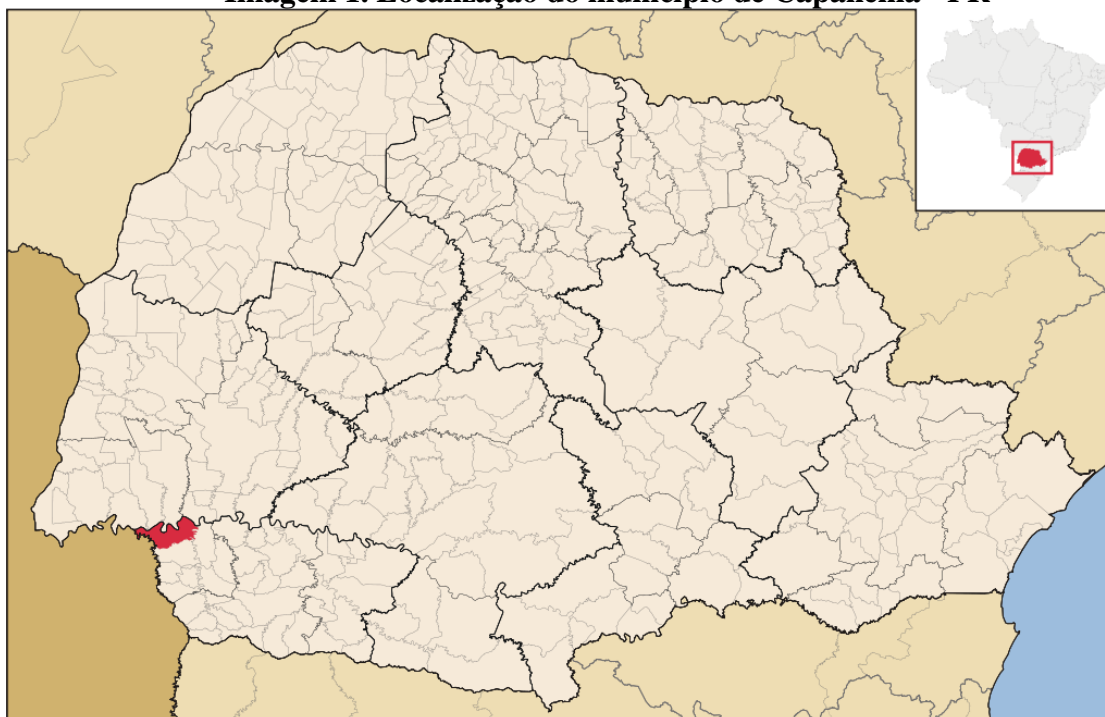
atuais. E que a monocultura e o latifúndio sempre foram avessos à diversidade produtiva (LIMA, 2011; p. 02).

A justificativa para produzir e distribuir estes materiais é embasada no discurso de apoiar didaticamente os professores. Esta relação público privada, porém, suscita questões como o interesse econômico das grandes empresas em formar mão de obra e, por outro lado, de naturalizar as contradições da produção de cana de açúcar.

Outra questão presente é sobre o debate sobre a educação e o papel da escola e como este debate vem rodeado por discussões conservadoras que visam impedir a pluralidade de ideias e concepções pedagógicas em salas de aula, a exemplo do Projeto de Lei 867/2015 (escola sem partido). Neste projeto evidencia-se como as concepções de escola e educação estão em frequente disputa em nossa sociedade. Neste contexto, as discussões sobre práticas pedagógicas construídas em salas de aula que levam em consideração os diferentes debates e sujeitos podem contribuir como elementos problematizadores na construção de uma educação emancipadora.

Neste artigo, portanto, analisamos duas experiências didáticas trabalhadas com alunos de sétimo ano e que tiveram respectivamente como temas geradores a soberania alimentar e a posse de terras. Foram temas interdisciplinares e envolveram discussões em sala, pesquisas de campo e socialização de resultados, de forma que houve a participação de alunos, professores e pais. A partir destas experiências discutimos algumas características da educação do campo e da construção do conhecimento a partir da comunicação entre disciplinas (conteúdo e práticas), da realidade vivida pelos alunos e do diálogo com a comunidade escolar. As mesmas foram vivenciadas no contexto escolar o qual envolveu o estudo e a prática nas disciplinas de Geografia, História e Matemática com alunos da Escola do Campo Rui Barbosa ensino fundamental, no município de Capanema – Paraná.

Imagem 1. Localização do município de Capanema - PR



Fonte: wikipedia

Compreendemos que, para analisarmos o papel histórico da escola do campo, é necessário entendermos o contexto em que ela está inserida, ou seja: que campo é este em que está a escola? Que realidade nos deparamos no campo?

A região sudoeste do Paraná foi colonizada a partir de 1940 por imigrantes vindos do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, região de Guarapuava e do norte do país (WACHOWICZ, 1987; SCHREINER, 2002). Estas famílias de camponeses tiveram que enfrentar, em 1957, os processos de grilagem de terras praticados por companhias de terras instaladas na região com apoio do governador estadual de Moysés Lupion. Este enfrentamento se acirrou em outubro de 1957 quando os colonos ocuparam as cidades da região e expulsaram as companhias de terras exigindo intervenção do Estado no conflito. Devido a luta destes colonos, em 1958 o Estado criou o Grupo Executivo de Terras do Oeste e Sudoeste do Paraná (GETSOP) que atuou na região de forma a regularizar as posses de terras. É, em grande medida, devido à luta destes posseiros que se estabeleceu na região uma estrutura fundiária de pequenas propriedades.

Até a década de 1970 a população era majoritariamente camponesa e, cerca de 20%, eram posseiros - não tinham documentos da terra (CALLEGARI, 2015). A partir da década de 1970 se intensificam os projetos de mecanização do campo, chamada de revolução verde. Este processo se caracterizou por uma alta taxa de mecanização, aumento significativo no uso de

agroquímicos e maior número de financiamentos públicos para a produção agrícola. Por outro lado, devido os bancos exigirem as escrituras das terras para a execução dos financiamentos, 20% da população não teve acesso a estas linhas de crédito; além disto, a partir deste período acentuou-se o êxodo rural² e a concentração de terras³ (CALLEGARI, 2015; HEREDIA, 2010).

Todavia, para além das contradições socioeconômicas, o campo é um espaço onde as relações e interações com a natureza aliadas e intensificadas com o trabalho no dia a dia produzem conhecimentos, saberes e experiências. A escola do campo e os sujeitos que a constroem (famílias, camponeses, professores, funcionários, estudantes) estão inseridos nesse contexto. A experiência destes sujeitos, os sentidos e significados que constroem sobre o trabalho e a vida no campo, são elementos importantes para pensarmos o papel da escola e da educação.

Dessa forma, entendemos que este trabalho poderá auxiliar tanto professores, quanto as famílias de alunos das escolas do campo, motivando e problematizando a prática relacionada a realidade do aluno, com o objetivo de demonstrar e analisar a importância da educação do campo a partir de conteúdos estudados na prática e que considerem o contexto e as experiências de todos os sujeitos envolvidos.

Entendemos por prática educativa as formas encontradas e aplicadas para a construção do conhecimento e desenvolvimento de um determinado tema. Utilizando a pesquisa exploratória, partindo dos conhecimentos seus e de suas famílias, dados secundários solicitados, bem como a prática (como maquetes e cartazes), definimos alguns objetivos para desenvolver as atividades e produzir conhecimento: conhecer a realidade local e problematizar com algumas transformações locais e globais. Esses objetivos partem do ponto de vista de que a prática docente pode envolver no ensino o ritmo e as experiências dos sujeitos, desenvolvendo assim ações que considerem a relação entre teoria e prática, ou seja, construindo práticas educativas que compreendam o cotidiano dos estudantes, as contradições

² A partir de 1970 verifica-se uma acentuada diminuição da população rural na região, se, em 1970, a população rural representava cerca de 80% da população total, em 2010 essa realidade se modifica, passando a 30% da população total (CALLEGARI, 2010).

³ Entre os anos de 1970 e 1996 cerca de 20% dos estabelecimentos agropecuários foram incorporados por proprietários com maior poder aquisitivo. Atualmente 1% das propriedades são maiores que 200 hectares (482 estabelecimentos) e correspondem a 33% da área agricultável da região.

sociais e econômicas em que estão inseridas, as lutas das populações do campo por políticas públicas, etc, como elementos a serem problematizados em sala.

A escola do campo Rui Barbosa

Fundada no ano de 1975, o grupo escolar municipal São Luiz, conveniada pelo Ministério de Educação e Cultura e Prefeitura Municipal de Capanema, inicia suas práticas escolares no distrito de São Luiz atuando no ensino básico. Com o Ensino fundamental a partir de julho de 1982, através da Lei Federal nº 5692, decreto nº 3037. (Preâmbulo Regimento Escolar São Luiz). Localizada a dez quilômetros de distância da cidade, a escola possui cinco salas de aula, bem como laboratório de informática (vale salientar que o laboratório de informática passa por problemas de conexão de internet, exigindo dos professores maior criatividade para produção de suas aulas) biblioteca, cozinha e secretaria escolar, abriga hoje 74 alunos e conta com 23 funcionários entre professores e zeladores. A escola cumpre o Regimento Escolar criado pela comunidade escolar bem com o PPP anual.

A escola tem funcionamento regular, sendo no matutino as turmas do ensino básico e vespertino as do ensino fundamental. A escola ainda participa em horário extracurricular de projetos como Jogos Matemáticos e Atletismo. Abrangendo aproximadamente 150 famílias, pois a escola atende estudantes que provem de outras comunidades.

A localização das escolas do campo é geralmente em áreas distantes das áreas urbanas e por outro lado, são distantes das comunidades das casas dos alunos, exigindo que a mobilidade dos estudantes dependa de ônibus. Em alguns casos, como o da escola em estudo, os estudantes que participam de projetos extra classe, saem de suas casas às 5h30 da manhã para pegarem o ônibus, chegando as 7 horas na escola. Este itinerário prossegue ao meio dia com almoço fornecido na escola, voltando para as salas de aula às 13h15, permanecendo até as 17h15. Ao término das aulas embarcam nos ônibus e retornam para suas casas, chegando aproximadamente às 18h30. Cerca de três horas são despendidas em deslocamento pelos estudantes (entre idas e vindas para a escola), este tempo de transporte pouco contribui pedagogicamente para a formação dos mesmos.

A distância do lugar de moradia ao da escola acarreta um tempo elevado de transporte e, desta forma, frequentes reclamações de cansaço. Soma-se ainda o fato de que a produção de materiais didáticos é pensada, na maioria dos casos, sob o olhar dos grandes centros urbanos, isto é, livros didáticos produzidos sem o pensar a realidade dos alunos do campo. Isto gera

diversas dificuldades: permanência dos estudantes na escola do campo, adversidade no trabalho e discussão de questões e problemas trazidos pelos alunos, exigindo do professor uma atenção *sui generis*, tendo em vista toda sua singularidade de ensino.

As dificuldades ou características encontradas na escola do campo, como exemplo citado dos problemas com a tecnologia, laboratórios de informática que possuem conexão de internet precária, quantidade reduzida de alunos, fundo rotativo reduzido são justificativas utilizadas frequentemente para o fechamento das escolas no campo. Segundo o Censo Escolar (2003 e 2012) do MEC, foram fechadas, dentro destes anos, 29.459 escolas do campo, 759 escolas no Paraná, mesmo tendo uma legislação que tem cláusulas diretas para garantir escola onde haja alunos. Percebemos, porém, que as escolas do campo tem salas com menos alunos, ganhando com isso em qualidade no ensino, bem como um acompanhamento de estudos e aproximação entre professores e alunos que facilita o conhecimento da realidade do aluno, contribuindo na didática de ensino.

O ambiente de ensino para esses estudantes é imensurável devido sua localização e ambiente escolar, é preciso sim oferecer a esses estudantes tudo aquilo que uma escola urbana ofereça em termos de conteúdo e estrutura, mas, além disso, por possuírem/estarem num espaço geográfico de estudo rico de informações e experiências diferenciadas em relação a outro espaço de ensino tais como: a aproximação entre pais, alunos e professores fica evidente, quando trabalhado nessa escola, por exemplo, o dia da família na escola, onde verificamos a participação assídua dos pais, bem como nas reuniões e amostras dos trabalhos feitos pelos alunos; ou pela interação construída pelos estudantes com a natureza e com o trabalho nela, participando concomitantemente de dois ambientes de aprendizagem: escolar e o laboral. Esses dois espaços são construtores de aprendizado e agentes de formação cidadã e de emancipação dos estudantes, devendo ser considerados no processo de ensino.

Nas Diretrizes Operacionais para a Educação Básica na escola do campo, aprovadas pela Resolução CNE/CEB nº 01, de 03 de abril de 2002, verifica-se proposta operacional para as escolas do campo quando '[...] a decisão de propor diretrizes operacionais para a educação básica do campo supõe em primeiro lugar a identificação de um modo próprio de vida social e de utilização do espaço, delimitando o que é rural e urbano sem perder de vista o nacional (CNE/CEB, 2001:18).

O projeto institucional das escolas do campo, expressão do trabalho compartilhado de todos os setores comprometidos com a universalização da educação escolar com qualidade social, constituir-se-á em um espaço público de investigação e articulação

de experiências e estudos direcionados para o mundo do trabalho, bem como para o desenvolvimento social, economicamente justo e ecologicamente sustentável (ARROYO, CALDART, MOLINA, 2004, p. 203).

A educação do campo depende da integração entre escola, campo e experiências, tanto quanto do local em que o aluno vive. É necessário conhecer a realidade, problematizar as características de onde ele mora, demonstrar as diferentes escolhas para o seu futuro, ou seja, “pensar o mundo a partir do lugar em que se pisa.”

Desenvolvimento socioeconômico e escola do campo

A educação do campo envolve diversas práticas sociais e interação com a diversidade cultural, agindo como estratégia para se recriar as condições de existência no campo. Educação que integra o contexto campesino, estudado por sujeitos que vivem e trabalham no campo e reflexões do urbano. O espaço geográfico se amplifica, sendo necessário entender o que se passa nesse território que envolve necessidades culturais e direitos sociais. Sendo que a relação entre campo e cidade é o ponto chave para o desenvolvimento territorial com qualidade, nada mais apropriado que a escola do campo para intervir nesse contexto de forma prática, enfatizando os valores, “[...] a educação do campo precisa ser uma educação específica e diferenciada” (Cerioli, Caldart, 2009).

Segundo Brasil (2002, p.13) a educação na escola do campo deve levar em “conta a sustentabilidade ambiental, econômica e social, uma formação humana integral e que alia estudos a prática cotidiana.

A educação do campo não tem por objetivo desconsiderar os conhecimentos acumulados, sejam eles da cidade ou do campo, assim como não pretende capacitar mão de obra para “fixar” as pessoas no campo. Estes eram objetivos da chamada “Educação Rural” do início da década de 1980, como tentativa de frear o êxodo rural, como salienta Fernandes:

A educação do Campo é um conceito cunhado com a preocupação de se delimitar um território teórico. Nosso pensamento é defender o direito que uma população tem de pensar o mundo a partir do lugar onde vive, ou seja, a terra em que pisa, melhor ainda: desde a sua realidade. Quando pensamos o mundo a partir de um lugar onde não vivemos, idealizamos um mundo, vivemos um não lugar. Isso acontece com a população do campo quando pensa o mundo e, evidentemente, o seu próprio lugar a partir da cidade. Esse modo de pensar idealizado leva ao estranhamento de si mesmo, o que dificulta muita a construção da identidade, condição fundamental da formação cultural (FERNANDES, 2002a, p.67).

As práticas de ensino podem ser desenvolvidas a partir de exemplos dados pelos

estudantes, como também planejadas a partir dos conteúdos de um bimestre, nessas práticas a descoberta do tema serve como intermediador perante o mundo de conhecimentos que podem ser construídas através de ações, pesquisas e das experiências. Os exemplos relatados pelos alunos podem, nesse caso, servirem de tema gerador para as disciplinas. A experiência que aqui discutimos remete-se a produção de alimentos. Através dos questionamentos e pesquisas feitas pelos alunos, trabalhamos conteúdos como o da soberania alimentar entendendo-a como:

O direito dos povos de definir suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos que garantam o direito à alimentação para toda a população com base na pequena e média produção, respeitando suas próprias culturas e a diversidade de modos camponeses, pesqueiros e indígenas de produção agropecuária, de comercialização e de gestão dos espaços rurais, nos quais a mulher desempenha um papel fundamental. A soberania alimentar favorece a soberania econômica, política e cultural dos povos. Defender a soberania alimentar é reconhecer uma agricultura com camponeses indígenas e comunidades pesqueiras vinculadas ao território, prioritariamente orientada à satisfação das necessidades dos mercados locais e nacional (LEÃO, 2013).

No exemplo citado, entendemos que as disciplinas interligadas poderão trabalhar um tema no campo, problematizando, enfatizando com os estudantes muito além do conceito compreendido. A produção de alimentos envolve tanto as técnicas de trabalho da disciplina de História, quanto o estudo de solos na disciplina de Geografia, como a proporção e porcentagem estudadas em Matemática.

O fortalecimento da escola do campo necessita do reconhecimento de lugar, de identidade e de valorização social, econômica e afetiva com o lugar onde se vive. O compromisso das práticas pedagógicas vem de encontro com essa valorização, dependendo do empenho de toda comunidade escolar em assumir e identificar-se com o meio em que está inserido sendo importante para todos que convivem com a escola do campo, facilitando e possibilitando transformações quando necessárias do olhar do estudante para com a escola em que ele estuda. A formação de uma sociedade ativa e crítica depende de práticas e metodologias de ensino, que ajudem construir uma escola do campo ativa e engajada com os valores, as experiências e as contradições do viver e trabalhar no campo.

O que caracteriza os povos do campo é o jeito peculiar deles se relacionarem com a natureza, o trabalho na terra, a organização das atividades produtivas mediante a utilização da mão-de-obra dos membros da família, cultura e valores que enfatizam as relações familiares e de vizinhança, que valorizam as festas comunitárias e de celebração da colheita, o vínculo com uma rotina de trabalho que nem sempre segue o relógio mecânico. A identidade dos povos do campo comporta categorias sociais como posseiros, bóias-frias, ribeirinhos, atingidos por barragens, assentados,

acampados, arrendatários, pequenos proprietários ou colonos ou sítiantes (dependendo da região do Brasil em que estejam), caboclos dos Faxinais, comunidades negras rurais, quilombolas e, também, as etnias indígenas (SOUZA e REIS, 2009, p.20).

A identidade com o lugar em que se vive está ligada a afetividade e para utilizar desse afeto, na construção de uma aprendizagem diferenciada, é preciso inserir sentido aos estudos dos estudantes. A construção do conhecimento a partir do ensino no campo integra o sujeito ao seu meio e considera o ambiente, o aprendizado, o conhecimento no processo do apreender, através de metodologias de ensino mais interativas, a exemplo do que nos ensina Arroyo:

A educação do campo precisa ser uma educação específica e diferenciada, isto é, alternativa. Mas, sobretudo deve ser educação, no sentido amplo de processo de formação humana, que constrói referências culturais e políticas para intervenção das pessoas e dos sujeitos sociais na realidade, visando a uma humanidade mais plena e feliz (ARROYO, 2004, p.23).

Entendemos que a educação do campo é desafiadora a todos da comunidade escolar, a participação da comunidade é fundamental, é preciso que os sujeitos acreditem nessa escola que convive com professores que moram no campo e outros que moram nas cidades, valorizando e construindo alternativas para os estudantes aprenderem e valorizarem o local onde vivem.

Práticas de ensino com disciplinas interligadas na escola do campo

A intenção de desenvolver um trabalho de ensino que envolva o conhecimento dos alunos bem como diferentes temas das disciplinas de Geografia, História e Matemática trouxe para as aulas um novo olhar, pois o planejamento e os objetivos deveriam ser alcançados igual ou superior ao jeito tradicional de ensino com os estudantes do 7º ano da Escola do Campo São Luiz, em Capanema-PR. A Geografia, que possui um ramo complexo de saberes, aliadas a História, que possibilita a compreensão das práticas do presente inseridas no processo histórico, assim como Matemática que auxilia na discussão sobre quantidade, frações e porcentagem o projeto tivessem bons resultados nas escolas. O desenvolvimento dos conteúdos aliados à prática, ao concreto tornou-se o diferencial para os estudantes.

Dos temas trabalhados, citaremos as experiências sobre produção de alimentos e estudo da terra. O envolvimento dos estudantes era essencial, pois a finalização e objetivo final era que a partir das práticas alimentares, eles tivessem noção de regionalização do espaço geográfico, colonização e costumes, bem como de porcentagem.

A ideia de trabalhar a soberania alimentar a partir do que os pais e pessoas da comunidade plantam trouxe elementos para discutirmos a formação do solo da região, bem como a época de plantio. Rendeu desta forma, uma boa pesquisa com gráficos de produção de alimentos de cada estudante e de sua família, bem como a historização da colonização da região, a introdução da disciplina de matemática fez com que os alunos aprendessem a quantidade e porcentagem de ingredientes necessários para cada alimento produzido.

Como primeira atividade os estudantes tiveram que responder um questionário em conjunto com sua família. O questionário era composto por 8 perguntas e foi elaborado com o intuito de levantar o tipo de produção e o tamanho das propriedades. As perguntas foram construídas juntos com os educandos, sendo elas: 1) Quantos alqueires de terra? 2) O que é plantado sem veneno? 3) Plantio de produtos somente para venda; 4) Quantas pessoas moram na propriedade? 5) Animais que possuem, quantos? 6) Produzem leite para venda? 7) Tem árvores frutíferas na propriedade: Quais? 8) Quais são os alimentos produzidos na propriedade?

Essa atividade foi construída de forma que houvesse o envolvimento de diversos sujeitos, tais como; professores, estudantes, famílias entre outros. A finalização do trabalho era uma pesquisa dos alimentos produzidos pelas famílias sem utilização industrial, ou de mercado, com isso surgiu a ideia tema “Cultura e sabores”, tornando a data um verdadeiro banquete de pratos típicos de cada família,

O resultado foi muito gratificante, pois não só conseguiram cumprir o desafio proposto como também, conseguiram envolver todos a comunidade escolar, a aula foi atrativa e de muito aprendizado. Confirmando que a teoria pode e deve ser acompanhadas por práticas, quando utilizado esse diferencial da escola do campo os alunos participaram da aula, construíram e utilizaram de conhecimento das famílias olhando o cotidiano com outros olhos, percebendo a importância do que a família produz e que muitas vezes passa despercebido. Os valores de afetividade com o lugar ficaram evidentes.

A participação ativa da comunidade escolar facilitou a compreensão e discussão do conteúdo que saiu dos livros didáticos, das teorias e das leituras para o cotidiano dos alunos, de suas famílias do lugar onde vivem.

No outro tema tratado, no mesmo 7º ano, a aula teve como objetivo fazer com que os estudantes compreendessem o funcionamento da posse de terras na região Sudoeste do Paraná, mais precisamente as terras onde eles moram, foi uma atividade desenvolvida em

conjunto com a disciplina de Matemática. Para que fosse possível, foi preciso que os estudantes pesquisassem junto com seus pais nas escrituras ou contratos da terra e fizessem o levantamento dos dados sobre a Gleba, o lote, mapa do lote e a área, baseando nos dados encontrados nos documentos.

A segunda etapa foi o relatório dos dados, feito em conjunto com os estudantes, foi verificado a localização no mapa das glebas, estas cedidas pelo setor de engenharia da prefeitura municipal de Capanema pelo intermédio do diretor da escola. Utilizando a tv-pendrivel para visualização, depois de localizadas os lotes em cada gleba, feito a impressão e destacado, foi criado um cartaz informativo.

Com os resultados trazidos pelos alunos, analisamos juntos como o professor de Matemática, os dados relatados, através do mapa de Glebas do município, encontrando os lotes das famílias e determinando a compreensão de hectares e alqueires, no mesmo momento o professor de Matemática conseguiu trabalhar e explicar como transformar metros quadrados, valores de hectares e alqueires. A aula teve como resultado além das explicações e aprendizagem de divisões de terras, documentação e cálculos, a valorização do local onde os estudantes vivem e a relação entre a metragem de terras no campo e lotes na cidade.

Quando a participação do aluno evidenciou a valorização do conteúdo, bem como a importância de entender a partir daquilo que faz parte do dia a dia desse aluno, o objetivo foi alcançado com êxito.

Considerações finais

A partir do trabalho prático realizado com os alunos da Escola do Campo Rui Barbosa no município de Capanema – Paraná foi possível compreender a importância da escola do campo, os métodos de ensino aprendizagem utilizados, que proporcionam aos alunos e professores novas experiências e ao mesmo tempo cumprem a missão do ensinar.

As escolas do campo com suas características e dificuldades citadas no desenrolar do artigo tem uma manutenção do prédio escolar muito dependente da comunidade escolar, vistos que os recursos financeiros não são suficientes, bem como é importante citar a rotatividade dos professores a cada ano, pois, por serem escolas mais retiradas do centro urbano acabam sendo poucos os professores com estabilidade (concurso) que optam por se deslocarem para essas comunidades, para completar o quadro de professores o processo seletivo (PSS no Paraná), aqueles que após a distribuição de aulas são selecionados por ordem

de currículo são os que atuarão nas escolas do campo, na grande maioria, visto isso e não desmerecendo a formação ou situação empregatícia do professor, a escola do campo sofre com isso, pois, a rotatividade é contínua, dificultando assim a continuidade de projetos, muitas vezes isolados por um ou dois professores atuantes, se no próximo ano não conseguem aula na determinada escola muitas vezes o projeto não prossegue. Noutros casos, a ausência de formação para os professores que atuam no campo, dificulta as atividades na escola do campo, pois depende muito do interesse, do engajamento, da postura e do conhecimento desses professores a transformação no processo de ensino e aprendizagem para com esses estudantes.

A contribuição tanto dos professores quanto dos alunos que participaram das atividades práticas fez com que o conteúdo ganhasse proximidade e sentido, para se aprender e ao mesmo tempo valorizou o ambiente vivido, enriquecendo aulas e o ensino aprendido de cada um.

Destacamos a importância da articulação entre a prática pedagógica realizada pela escola e as práticas sociais junto a comunidade escolar sendo estas importantes, pois tem poder de transformar a escola em instrumento de saber e de ação. As práticas são importantes para melhorar a qualidade de vida e ensino no meio rural, agem como verdadeiros instrumentos do aprender, mas para isso é preciso trabalhar e propor desafios diferenciados da teoria, que possam utilizar a realidade dos alunos, desenvolvendo atividades que criem perspectivas de conhecimento e integração. Por isso, a educação do campo tem que caracterizar e identidade e consideração por todos, educadores, comunidade escolar e gestão público, visando novos horizontes para a população do campo.

Referências

ARROYO, Miguel Gonzalez. Escola, cidadania e participação no campo. Brasília: em aberto, 1987.

ARROYO, Miguel Gonzalez et al. (orgs.). Por uma educação no campo. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

CALDART, Roseli Salette. **Por Uma Educação do Campo: Identidade, e Políticas Públicas**. V. Brasília, 2002.

CALLEGARI, Ricardo. Entre Lutas, Valores e Pressões: Juventude Rural Sem Terra e Organização Social do Trabalho nos Assentamentos de Reforma Agrária. Marechal Candido Rondon: UNIOESTE/Programa de Pós-Graduação em História, Poder e Práticas Sociais,

(Dissertação de Mestrado em História).

FERNANDES, Bernardo M.; CERIOLI, Paulo R.; CALDART, Roseli S. **Primeira Conferência.**

Nacional “Por Uma Educação Básica do Campo”, 2004.

FREIRE, P. **Educação e Mudança.** São Paulo: Paz e Terra, 30ª ed. 2007.

HEREDIA, Beatriz; PALMEIRA, Moacir; LEITE, Sérgio Pereira. Sociedade e economia do “Agronegócio” no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 25, n. 74, p. 159-176, out. 2010;

KOLLING, Edgar Jorge (org.). **Por uma educação básica no campo.** Brasília: Universidade de Brasília, 1999.

LEÃO, Maria. **O direito humano à alimentação adequado e o sistema nacional de segurança alimentar e nutricional.** Brasília, 2013.

LIMA, Eduardo Sales de. *Jornal Brasil de Fato*. 12 de abril de 2011

FERREIRA, Fabiano de Jesus; BRANDÃO, Elias Canuto. **Educação do campo: um olhar histórico, uma realidade concreta.** Paranaíba, 2011.

HEREDIA, Beatriz (et al). **Sociedade e economia do “agronegócio” no Brasil.** *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol.25 nº 74, 2010.

PINHEIRO, Dias, Socorro Maria do. **A concepção de educação do campo no cenário das políticas públicas da sociedade brasileira.** Luziania – Go, 1998.

SANTOS, Oliveira, Edinéia, **NEVES**, Luzia, Márcia. **Educação do Campo e desenvolvimento Territorial: reflexões e proposições.** Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Bahia, 2012.

SCHREINER, Davi Félix. *Entre a Exclusão e a Utopia: um estudo sobre os processos de organização da vida cotidiana nos assentamentos rurais (Região Sudoeste/Oeste do Paraná).* São Paulo: USP/Programa de Pós-Graduação em História Social, 2002. (Tese de Doutorado em História).

WACHOWICZ, Ruy Christovam. *Obrageiros, mensus e colonos: História do Oeste do Paraná.* 2 ed., Curitiba: Ed. Vicentina, 1987.

Os campos da pesquisa em educação do campo: espaço e território como categorias essenciais. Universidade Estadual Paulista – UNESP . (2012, b) Acessado em 10 de agosto de 2013. Disponível

em: http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaodocampo/artigo_bernardo.pdf